

# Produção e desenvolvimento nos estados e municípios

Coordenação:  
Istvan Karoly Kasznar  
PEEM/EBAP/FGV

Istvan Karoly Kasznar

## 1. Introdução

Todas as evidências demonstram que, em 1995, a evolução do PIB foi positiva no Brasil

Os indicadores oficiais das mais renomadas fontes, como Inpes-Ipea e IBGE, confirmam a tendência de evolução positiva, firme e moderada no PIB em 1995.

Naturalmente, para combater a inflação elevadíssima que, por longos anos, assolou a nação, chegando ao nível de 42% ao mês em junho de 1994, e no mês seguinte sendo combatida pelo prestigioso Plano Real, ritmos mais módicos de crescimento fazem-se necessários.

Considerando as informações oficiais, a tendência apresentada das produções agrícola e fabril e os movimentos de crescimento firmes do comércio e do setor serviços permitem que se preveja uma evolução do PIB entre possíveis 4,0 e 5,5%.

De fato, projeções mais otimistas feitas no início do ano foram revistas para menos.

As autoridades federais, cientes da importância de um plano de estabilização que contraiu e controlou rigorosamente, a oferta monetária, gerando uma alta nas taxas reais, o que, por sua vez, levou a uma queda do consumo, conseguiram rumar para níveis de produção menores, recebendo em troca o prêmio incontestável de uma inflação baixa. Aliás, as recentes taxas de inflação, beirando 1,5 a 2,5% ao mês, foram das mais baixas nos últimos 25 anos.

Estes fatos e notícias são excelentes e alvissareiros para o Brasil. Significam que estão sendo criadas as condições de um processo de estabilização macroeconômico, que pode levar, nos próximos anos, a um crescimento mais auto-sustentado e impulsionado.

Todos os estados da Federação podem, portanto beneficiar-se do bom momento da economia brasileira (e estão, vigorosamente). Afinal de contas, são todos sócios do mesmo produto e mercado.

Não se pense, todavia, que tudo são flores. Diversas medidas importantes não vêm sendo implantadas com o suficiente rigor. Há variáveis que ainda podem afetar o processo de estabilização. A mais séria delas é o crônico e crescente endividamento público, associado a uma desestatização lenta.

Os juros da dívida mobiliária interna pública crescem aproximadamente US\$900 por mês. Este valor é altíssimo e proibitivo para estabilizações de longo prazo, a menos que a arrecadação real e a venda de estatais consigam suplantar esta sangria financeira continuada.

No âmbito dos estados, a renegociação das dívidas com o governo federal e a redefinição de formas de transferência e realocação de recursos ganharam importância no segundo semestre de 1995. Premidos e tolhidos por imensas dívidas, herança de numerosos governos passados, os governadores foram pedir um compreensível perdão de dívidas, redutor de passivos e novas linhas de crédito, num momento em que as taxas de juros foram aumentadas para níveis estratosféricos.

## *2. PIB brasileiro*

Dadas as diversas estimativas de PIB existentes, centramos esta em crescimento de 4,68%, alicerçados nas estatísticas da sondagem agrícola, da sondagem industrial e do movimento comercial por estados.

Esta taxa é alta tanto em termos históricos recentes na economia brasileira, quanto em termos internacionais. Estamos saindo de vez da crise recessiva profunda que se instaurou no país entre 1990 e 1992.

O crescimento da economia mundial foi alto em 1994, ao atingir 3,6%. Mais elevado ficará em 1995, ao alcançar os 3,8%. Os países em vias de desenvolvimento (*emerging countries*) estão crescendo em 1995 perto dos 6%. O Brasil está perto desta taxa e tem, sobretudo, condições de se alavancar mais após a consolidação do processo de estabilização.

A taxa do PIB de 4,68% poderá ser submetida a revisões, tão logo informações adicionais venham a ser expostas pela FGV, o Inpes-Ipea e o IBGE.

## *3. O PIB dos estados*

Nossos levantamentos indicam que dos mil municípios analisados e monitorados nos níveis da contribuição fiscal recebida e da evolução do PIB, praticamente 98% apresentaram aumento consistente de arrecadação e de crescimento.

Embora diferenciado por município e por estado, ficou evidente que o aumento do poder aquisitivo médio da população, sobretudo da de baixa renda, que não mais teve de pagar o imposto inflacionário, deu sustentabilidade à retomada.

Na região Sudeste, que representa 63,02% do PIB brasileiro, a participação no produto cresceu. Todos os estados cresceram. Muito mais importante ainda: todos os es-

tados tiveram uma evolução acima da média nacional e aumentaram ou recuperaram posições no PIB global do país.

Para um crescimento projetado de 4,68%, Minas Gerais continuou crescendo em 4,73%, o Espírito Santo disparou para 7,99%; o Rio de Janeiro evoluiu em 5,22%; e São Paulo em 5,18%.

Existem várias implicações importantes para este novo quadro, algumas das quais são descritas a seguir.

- Após a estabilização, a maior beneficiária foi a região mais rica do país, que concentra o maior número de empregos formais (58% aproximadamente das carteiras de trabalho assinadas — vide Rais).
- O estado de São Paulo, que vinha definhando na participação do PIB desde 1970, voltou a dar sinais de recuperação, embora timidamente. Ou seja, os investimentos crescentes e o processo de saneamento público no estado, capitaneados pela iniciativa privada, já estão direcionando o crescimento para patamares mais elevados e sustentáveis. Permanecem problemas graves, como uma dívida estadual de US\$53 bilhões (em julho de 1995), a necessidade do saneamento das administrações públicas e dívidas acumuladas de governos passados, mas é evidente o empenho do atual governo em resolver os problemas. Caso de fato se encontre uma solução conveniente para as dívidas do estado e para o Banespa, São Paulo terá condições de crescer a níveis alvissareiros. A taxa aparente de crescimento em 1995 foi de 5,18%, considerada muito boa.
- O estado do Rio de Janeiro vive um bom momento, com seu PIB crescendo 5,22% em 1995, em função de diversos fatores, a saber: aumento da confiança na gestão do estado e no novo governador, que atuou com sucesso quando prefeito e recuperou o prestígio do cargo que seu antecessor arruinara; recuperação dos investimentos, muitos deles há anos esperando por um quadro mais estável e menos ameaçador que o provocado no governo anterior — o que significa que hoje colhem-se os louros da simples atuação com serenidade; recuperação significativa da renda da população, num estado que exporta pouco e produz muito do seu PIB para o mercado interno; recuperação de projetos de investimento na região do vale do rio Paraíba do Sul, nas cidades de Resende, Volta Redonda e Barra Mansa; recuperação financeira com conseqüente capacidade de alavancagem de grandes ex-estatais, como a CSN; recuperação dos salários do segundo maior contingente de funcionários

públicos federais do país, sediados na cidade do Rio de Janeiro.

Esta retomada vem sendo acompanhada pelo aparecimento e crescimento de um grande número de pequenas e microempresas. Não deve surpreender. Os indivíduos de nível de renda elevado que perderam o emprego estão se ajustando rapidamente, criando empresas.

Continuam no estado problemas graves, que vêm sendo combatidos com rigor pelas autoridades, mas ainda com resultados tímidos. Entre eles, destaca-se a questão dos crimes e da violência urbana, com prejuízos gigantescos para a cidade do Rio de Janeiro. A indústria do seqüestro continua florescente, gerando sérios temores na população, fugas de empresários e menor atratividade para o turismo.

A folha de pessoal consome 78% da dotação orçamentária, dando pouco espaço à disponibilidade de recursos para investimentos. Em função deste gargalo, o governo defende a adoção imediata de um plano de desligamento de pessoal, prevendo, numa fase inicial, 18 mil demissões e aposentadorias voluntárias.

- Minas Gerais demonstra ser, de todos os estados ricos do Sudeste, aquele que cresce com maior constância e regularidade. Firme no seu processo evolutivo, Minas teve um crescimento de 4,73%, refletindo, pelo 15º ano consecutivo, um processo de crescimento auto-sustentado.

O crescimento de Minas fundamenta-se numa política industrial, comercial e de serviços bem alicerçada, com órgãos como o Indi, que souberam, no devido momento, criar as bases infra-estruturais e fiscais para atrair investimentos grandes e variados para o estado. A estrutura fabril bem equipada, as condições especiais de instalação fabril, as vantagens fiscais e um mercado local vigoroso explicam a continuidade do sucesso mineiro.

Há, todavia, gargalos estreitos, que afetam o rendimento estadual. Entre eles, são marcantes: a dívida mobiliária de R\$5,9 bilhões (em setembro de 1995); uma folha de pessoal que consome 70% das receitas orçamentárias; e a queda de arrecadação provocada pelo desaquecimento, desde setembro último.

Apesar dos incontestáveis movimentos saneadores do atual governo, que sediou importante reunião de governadores no segundo semestre de 1995, com vistas a criar-se um política unificada de renegociação de dívidas estaduais, permanecem, como os demais estados, reduzidos os créditos concedíveis.

- O Espírito Santo, beneficiado pela vizinhança de grandes estados, ganha com o efeito do crescimento irra-

diado por Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ademais, a manutenção de diversos benefícios fiscais, que derrubam o custo de produção fabril, destacam no Espírito Santo um nicho diferenciado e único, que muito o beneficia.

O estado cresceu à formidável taxa de 7,99%, alavancado pelo comércio doméstico e exterior no ano de 1995. Ao criar um tipo de porto livre em Vitória, onde foram recebidas grandes levas de automóveis oriundos do exterior, e beneficiar-se da entrada firme em operação do corredor de exportação, o Espírito Santo agregou mais energias a sua matriz de produção fabril, já bem estruturada.

Pela primeira vez em nossas séries estatísticas, o estado rompe a “barreira dos 2%”. Ou seja, passa a contar com maior participação e deixa de ser considerado uma “unidade pequena”. Seu peso crescente se faz notar.

- A região Sul perdeu ligeiramente posição no PIB regional, o que se deve sobretudo a fatores temporários. Seu crescimento por estado foi, contudo, altamente diferenciado.
- O Rio Grande do Sul cresceu timidamente, à taxa positiva de 0,32%, desempenho bem melhor que na média do último quinquênio. Conta com o garrote vil de um edividamento público muito elevado em relação ao seu PIB e à base de arrecadação fiscal, formadora de receitas de R\$311,2 milhões em junho de 1995. A dívida estadual montou, em julho deste ano, a R\$8,5 bilhões. Grande produtor de grãos de produtos semi-elaborados, o estado vem enfrentando as dificuldades geradas pela queda do preço das *commodities*, o que afeta sobremaneira. O esforço de saneamento público que vem sendo empreendido é louvável, embora ainda insuficiente para reposicionar a unidade na sua tradicional posição de liderança no crescimento regional.
- O Paraná teve um desempenho sofrível na indústria e foi afetado pelos resultados cadentes dos preços das *commodities*, o que prejudicou seu desempenho. Desta forma, o crescimento foi de 2,61% negativos, indicando a severidade da recessão da qual já está saindo. Este resultado custou ao estado uma queda de significativos 5,7% na participação do PIB.
- Santa Catarina teve um desempenho recorde, o melhor do Brasil, muito mais em função de resultados fracos que havia colhido em anos anteriores, que por

outras razões. No governo estadual anterior, procedeu-se a um saneamento e a uma reforma administrativa extremamente sérios e severos, que implicaram a demissão de mais de 60 mil funcionários estaduais. Ademais, procurou-se reestruturar a dívida estadual, que montou a R\$2,6 bilhões em julho de 1995.

Assim, esta recuperação formidável é uma retomada de um fundo de poço. Mostra a alta capacidade de recuperação da economia estadual, uma vez que ela tende a processos auto-sustentáveis de crescimento.

Apesar da boa retomada, Santa Catarina ainda não recuperou seus níveis de participação no PIB por estados, que foi de 3,24% em 1985, contra os 3,22% atuais.

- Na região Nordeste, um tímido crescimento global foi registrado. O PIB evoluiu de 12,58% em 1994 para 12,60% em 1995. Todos os estados nordestinos cresceram positivamente. Há, contudo, diferenças marcantes na evolução. O melhor desempenho foi de Pernambuco, surpreendente à primeira vista, pois o estado mergulhou em crise ao longo dos últimos cinco anos. Seu crescimento de 10,82% indica uma retomada vigorosa por ter atingido “o fundo do poço”. O saneamento das contas governamentais e a reforma estadual ajudaram a reforçar esta retomada.

#### *4. Conclusão*

Pode-se observar que praticamente para todas as unidades da Federação, com exceção do Paraná, o ano de 1995 foi bom e gerador de bons resultados.

A grande questão está em saber se este movimento de crescimento será reforçado por medidas consistentes de política macroeconômica no nível federal, e se estados e municípios terão uma dívida mobiliária repactuada junto ao governo federativo em condições atraentes (alongamento dos prazos de pagamento; carências maiores; taxas de juros reais menores; anistias fiscais e afins).

O esforço unificado dos estados federativos tende a lhes dar força, vantagem e coerência na ação. Isto justifica seu potencial e futuros desempenhos, que, combinadamente, hão de ser melhores.